

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.836 - DF (2019/0137749-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **EDUARDO AIRES COELHO MARQUES**  
**ADVOGADOS** : **JULIO CÉSAR ABDALA VEGA - DF026522**  
: **RAFAEL BARROS E SILVA GALVÃO - DF029620**  
**AGRAVADO** : **JAMES FERREIRA DOS SANTOS**  
**AGRAVADO** : **CINTIA MENDES CLEMENTE**  
**ADVOGADOS** : **RODRIGO DUQUE DUTRA - DF012313**  
: **NIXON FERNANDO RODRIGUES - DF011749**  
: **TTHAYSON D CESARES SANTANA QUEIROZ - DF042817**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA AOS DISPOSITIVOS LEGAIS INVOCADOS. SÚMULA N. 284 DO STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
2. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pelo recorrente, quanto à inexistência de cerceamento de defesa e necessidade de dissolução societária com apuração de haveres e distribuição de lucros e prejuízos, demandaria o reexame da matéria fática, o que é vedado em sede de recurso especial.
3. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).
4. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.
5. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator